

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4106/2022

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2022

#### PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Serrinha, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, na modalidade de “PREGÃO, na forma ELETRÔNICA”, com critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa ABERTO E FECHADO, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Municipal nº 1205/2018 de 19 de outubro de 2018; e Lei nº 13.726, de 8 de Outubro de 2018 às exigências estabelecidas neste Edital.

#### UNIDADES REQUISITANTES:

GABINETE DO PREFEITO;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE;

SECRETARIA DE AGRICULTURA;

SERENARIA DE DESASSURVIMENTO EDONONICO E SERVIGO PPUBLICO:

FUNFO MUNICIPAL DE SAUDE; E

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

**DATA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: à partir das 09:00h do dia 07/11/2022**

**LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Até 23:59 h do dia 18/11/2022**

**SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 10:00 h do dia 21/11/2022.**

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)



1. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços na locação de veículos, com disponibilização de motorista, conforme termo de referencia, anexo I do edital.

1.1. Compõem este Edital os Anexos:

Compõem este Edital os Anexos:

- ANEXO 01 – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO
- ANEXO 02 – ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO
- ANEXO 03 – MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL
- ANEXO 04 – DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE
- ANEXO 05 – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
- ANEXO 06 – MINUTA DO CONTRATO

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

2.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões**, gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões** ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

3. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (artigos 42 à 48 da Lei Complementar 123/06).

3.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

3.2. Para o MEI obter o benefício do item anterior deverá apresentar Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, pois este documento supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado. (Inserir na aba documentos complementares, no sistema);

3.3. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

3.4. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

3.5. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



**3.6.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**3.7.** Nos itens/lotes não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**3.8.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma através de aviso de convocação a ser publicado no diário oficial do município.

**3.9.** O Pregoeiro, após o exame e conferência das propostas, classificará a de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço.

**3.10.** Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as propostas subsequentes de menor preço, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

**3.11.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, o Pregoeiro selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais; realizando, neste caso, sorteio para definir a ordem de classificação.

**3.12.** Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e esteja com o preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita devendo o Pregoeiro negociar, visando obter preço melhor.

**3.13.** Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas.

**3.14.** Para a participante do certame ME ou EPP, devidamente comprovado, a documentação de regularidade fiscal poderá ser regularizada após ser declarada vencedora, ou seja, para homologação e posterior contratação, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

**3.15.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, com a apresentação dos documentos exigidos no edital.

**3.16.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.



#### 4. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:

4.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme preâmbulo.

#### 5. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

5.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa de Licitações e Leilões**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

5.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa De Licitações e Leilões**.

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL - Bolsa De Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

#### 6. PARTICIPAÇÃO:

6.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

6.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

6.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através do suporte ao clientes da **Bolsa de Licitações e Leilões** ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

#### 7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:



- 7.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- 7.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- 7.1.3. Abrir as propostas de preços;
- 7.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 7.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 7.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 7.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- 7.1.8. Declarar o vencedor;
- 7.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 7.1.10. Elaborar a ata da sessão;
- 7.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- 7.1.12. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## **8. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:**

- 8.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 8.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.3. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.5. ***Não serão aceitas propostas com valores superiores ao máximo fixado no Edital, referente ao valor unitário. O descumprimento desse requisito implicará na desclassificação da proposta do licitante;***
- 8.6. Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances;
- 8.7. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 8.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 8.9. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

**8.10.** *Será adotado para o envio de lances o MODO DE DISPUTA "ABERTO E FECHADO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme regulamentação do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.*

**8.11.** No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

**8.12.** Encerrado o prazo previsto no subitem **8.11**, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**8.13.** Encerrado o prazo de que trata o subitem **8.12**, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**8.14.** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem **8.13**, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

**8.15.** Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens **8.13** e **8.14**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

**8.16.** Na ausência de lance final e fechado classificado nos subitens **8.13** e **8.14**, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem **8.15**.

**8.17.** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem **8.16**.

**8.18.** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

**8.19.** Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o item 8.19 será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf e de sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 3º O envio da proposta escrita conforme anexo 03, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no item 8.19, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 4º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.



§ 5º A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções prevista neste edital.

§ 6º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 7º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no item 8.19, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o item 8.18.

§ 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 9º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de 04 horas contado da solicitação do Pregoeiro no sistema.

**8.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º O instrumento convocatório estabelece o prazo máximo de 4 horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o item 8.20.

## **9. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO:**

**9.1.** O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**9.2.** No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** dos produtos ofertados, a não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações dos serviços ou especificações e marcas, no caso de produtos, neste campo, implicará na **desclassificação** da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. **O objeto** deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **ANEXO 01 e 03**.

**9.3.** **A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.**

**9.4.** Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.



9.5. As propostas deverão ser formuladas em formato texto (Word), planilha(Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows. As propostas cadastradas e que não puderem ser “abertas” pelo Sistema Operacional Microsoft Windows XP – **Office Premium 2000** e posteriormente lidas e analisadas serão desclassificadas.

## 10. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO:

10.1. A empresa deverá enviar a **PROPOSTA ESCRITA INICIAL**, conforme modelo de proposta, anexo 03 do edital, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa, citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e e-mail. Banco, número de agência de conta bancária. Deverá ser inserida na plataforma em campo próprio assim como os odocumentos de habilitação.

10.2. A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro a **PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA, REALINHADA**, nos mesmos moldes do anexo 03, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, número de agência de conta bancária, no prazo 04 (quatro) horas.

### 10.3. Na proposta escrita, deverá conter:

10.3.1. Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do serviço/produto, ou destacados;

10.3.2. O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

10.3.3. Especificação, marca e modelo do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO 01 e 03**, deste Edital e;

10.3.4. Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

10.4. O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo 02.

10.5. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao SERVIÇO E/OU PRODUTO até sua entrega no local fixado por este Edital.

10.6. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

## 11. GARANTIA:

11.1. A validade deverá ser de no **mínimo 12 (doze) meses**, a contar do recebimento definitivo dos materiais pelo Município SERRINHA, em caso de produtos.

## 12. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

12.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.





**12.2. EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:**

**12.3.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

**12.4.** Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

**12.4.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão.

**12.4.2.** No caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 12.4, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta,

**12.4.3.** Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, o subitem anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**12.5.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 12.4.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

**12.6.** O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

**12.7.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

**12.8.** Ocorrendo a situação a que se referem os subitens **12.5** e **12.7** deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

**12.9.** De sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**12.10.** Deverá ser emitida pelo sistema eletrônico de pregão a COV-Confirmação de Venda, contendo as qualificações e especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado.

**13. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO – Os documentos de habilitação a serem incluídos no Envelope 02, são constituídos de:**



13.1. Os documentos relativos à habilitação deverão ser anexados exclusivamente na plataforma da BLL em cópias autenticadas, ou cópia simples com declaração de autenticidade conforme modelo ANEXO 05, salvo, quem dispuser de certificado digital;

13.2. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

13.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

13.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, comprovando que sua atividade econômica principal especificada no seu contrato social, registrado na junta comercial competente, compatível com objeto da licitação locação de veículos com motorista e transporte de passageiros;

13.1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

13.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

13.1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.1.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

13.1.7. RG e CPF dos sócios

13.2. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

13.2.1. Comprovante de inscrição e situação cadastral (CNPJ) emitido pela Receita Federal do Brasil **que comprove a atividade econômica principal como sendo o serviço de transporte de passageiro – locação de automóveis com motorista;**

13.2.2. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede ou do domicílio do licitante;

13.2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

13.2.4. Certidão de **regularidade de débito com a Fazenda Municipal** da sede ou do domicílio do licitante;

13.2.5. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

13.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

13.3. **HABILITAÇÃO QUANTO A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

13.3.1. Certidão negativa falência/concordata/recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica. (Se não constar validade serão aceitos com data não superior a 60 (sessenta) dias da emissão);

13.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de **3 (três) meses** da data da apresentação da proposta;

13.3.3. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;



13.3.4. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar o seguinte:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
- b) Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;

13.3.5. Tratando-se de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar em conformidade com a legislação vigente aplicável à espécie;

13.3.6. As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas na Imprensa Oficial, de acordo com a legislação pertinente;

13.3.7. No caso de empresa constituída há menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

13.3.8. O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 31 da Lei Federal nº 8.666/1993 é o estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (**30 de abril**), para todas as empresas, inclusive aquelas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital (lucro real ou presumido). Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior.

#### **13.4. HABILITAÇÃO QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

13.4.1. Apresentar, atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando os serviços que tenham características semelhantes ao objeto desta licitação em nome do licitante, que comprove(m):

- a) Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que o licitante administra ou administrou serviços de locação de veículo, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número de veículos, incluindo os motoristas, que serão necessários para suprir a demanda em decorrência desta licitação;
- b) Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.
- c) Os atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal especificada no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

#### **13.5. HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR:**

2.5.1. **ANEXO 05** – Modelo de Declaração de Autenticidade

2.5.2. **ANEXO 06** – Modelo de Declaração Unificada;

2.5.3. Declaração de compromisso formal de que para o início dos serviços irá possuir (próprio e locado) instalações adequadas, bem como de equipamentos e veículos necessários ao cumprimento do objeto da presente licitação e à substituição dos veículos que se sujeitarem a manutenção e conservação durante a execução do contrato, com firma reconhecida; (**anexar na aba “Outros documentos”**)

2.5.4. Declaração de disponibilidade imediata de pelo menos 20% (vinte por cento) dos veículos compatíveis com o objeto desta licitação, em conformidade com as especificações constantes no Anexo II deste Edital. **(anexar na aba “Outros documentos”)**

#### **13.6. DEMAIS OBSERVAÇÕES DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

13.6.1. Todos os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência.

13.6.2. Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.

13.6.3. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, ou cópia autenticada, por qualquer Cartório competente ou também qualquer órgão público, ou ainda pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais caso não estejam declarados na declaração de autenticidade;

13.6.4. É facultado ao Pregoeiro em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta e/ou habilitação.

13.6.5. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

13.6.6. Se a licitante desatender as exigências para a habilitação, ao Pregoeiro examinará a habilitação da próxima classificada.

13.6.7. Se comprovado que a empresa participante realmente for EPP ou ME, e havendo alguma restrição quanto à habilitação fiscal, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame. Tal informação deverá obrigatoriamente constar em Ata.

13.6.8. A não apresentação da documentação pendente no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### **14. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS:**

14.1. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimento, as impugnações e os recursos apresentados fora do sistema e fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

14.2. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.

14.3. O Pregoeiro emitirá sua decisão no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data do recebimento da impugnação, procedendo aos encaminhamentos necessários.

14.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.



14.5. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, **através do seu representante**, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntarem memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

14.6. **A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.**

14.7. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

14.8. Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

14.9. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 15. **MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

15.1. Aplicação de multa não impede a Administração de rescindir o contrato e de impor simultaneamente ao contratado penas de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, podem ser aplicadas ao contratado as sanções a seguir:

- a) advertência;
- b) multa, de acordo com o previsto no contrato;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) será concedida reabilitação sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da suspensão temporária, se aplicada.
- f) Além das penalidades citadas, o contratado fica sujeito às demais sanções civis e penais previstas em Lei.
- g) Intimação dos atos correspondentes à pena de suspensão temporária e à declaração de inidoneidade será feita mediante publicação na imprensa oficial.
- h) Para validade da aplicação de penalidades será assegurado ao contratado direito ao contraditório e à ampla
- i) defesa, no prazo de cinco dias úteis

15.3. Em se tratando da modalidade pregão, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado do Sicaf ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores semelhantes, pelo prazo de até cinco anos, licitante que, convocado dentro do prazo de validade da proposta:



- deixar de celebrar o contrato;
- deixar de entregar documentação exigida no edital;
- apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
- não mantiver a proposta;
- falhar na execução do contrato;
- fraudar a execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo; e
- cometer fraude fiscal.

15.4. Essas penalidades não excluem multas previstas no edital e no contrato e demais cominações legais, em especial as estabelecidas na Lei nº 8.666/1993.

15.5. Aplicação de penalidades deve estar devidamente motivada em processo administrativo;

15.6. Processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer Tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

15.7. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

15.8. A contratada está sujeita a todas as sanções contidas nos artigos 86 ao 88 e crimes e penas contidos nos artigos 88 ao 99 da lei 8.666/93.

15.9. DOSIMETRIA APLICÁVEL A SANÇÃO DE CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU CONTRATADA:

CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU CONTRATADA DOSIMETRIA APLICÁVEL	DOSIMETRIA APLICÁVEL
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	2 meses
Não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	4 meses
Apresentar documentação falsa	24 meses
Não manter a proposta	4 meses
Falhar na execução do contrato	12 meses
Fraudar na execução do contrato	30 meses
Comportar-se de modo inidôneo	24 meses
Cometer fraude fiscal	40 meses

15.10. Da Multa

15.10.1. A multa, no âmbito do contrato, que poderá ser:

I - De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total.



II - De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:

- a) 0.33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior à 1 (um) mês;
- b) 0.66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

**15.10.2.** A multa aplicada pela autoridade competente deverá ser formalizada mediante apostilamento contratual, na forma do artigo 65, §8.º da Lei n.º 8.666/1993 e será executada mediante:

I - quitação do valor da penalidade por parte do fornecedor em prazo a ser determinado pela autoridade competente;

II - desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

III - desconto no valor das parcelas devidas à contratada e;

IV - procedimento judicial.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo índice estipulado em contrato ou, na falta deste, pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), ou aquele que vier a substituí-lo.

§2º A Atualização pelo índice previsto no parágrafo anterior, será aplicada até o primeiro DAM emitido após decisão definitiva.

§3º Em caso de inadimplência do DAM, prevista no §2º, será aplicada a seguinte regra:

- a) a partir do 1º dia de atraso correrá multa de mora de 0,33%, por dia de atraso, limitado ao percentual de 20%; e
- b) a partir do 1º dia do mês subsequente a data de vencimento, começará a aplicar a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, sendo aplicadas cumulativamente com a multa moratória.

§4º O pagamento da importância devida poderá ser parcelado, mediante autorização da Diretoria Executiva, desde que o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, observando-se ainda o disposto na Instrução Normativa, que versa sobre a matéria, em vigência, à época, do pedido de parcelamento.

## **16. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO:**

**16.1.** Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho e da AS (AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO), para no prazo de até 05 (cinco) dias, iniciar a prestação de serviços desta licitação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, deste Edital.



16.2. O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Prefeitura, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificação não atenda ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do (s) PRODUTO(s) constantes do anexo 01 deste edital, e deverá ser substituído pelo contratado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente.

## 17. PAGAMENTO:

17.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a medição dos serviços realizados com as suas devidas conferências com a apresentação da respectiva fatura, mediante depósito em nome da empresa vencedora em conta corrente devidamente identificada.

17.2. Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços.

## 18. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

18.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

18.2.1. “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

18.2.2. “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

18.2.3. “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

18.2.4. “**prática coercitiva**”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

18.2.5. “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no contrato; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

18.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

18.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por





ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### 19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

UNIDADE	PROJETO	ELEMENTO	FONTE
62000	2019	339039	01
62000	2019	339039	04
62000	2019	339039	19
62000	2020	339039	19
62000	2014	339039	01
62000	2016	339039	19
5401	2002	339039	00
6001	2009	339039	00
6501	2117	339039	00
6601	2009	339039	00
6601	2023	339039	00
6701	2024	339039	00
6901	2149	339039	00
63001	2032	339039	02 E 14
63001	2051	339039	02 E 14
63001	2093	339039	02 E 14
63001	2096	339039	02 E 14
63001	2097	339039	02 E 14
63001	2160	339039	02 E 14
64001	2106	339039	02 E 14

#### 20. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

20.1. O prazo de Execução objeto deste contrato será da data de 12 (doze) meses.

#### 21. DISPOSIÇÕES FINAIS:

21.1. A presente licitação não importa necessariamente na utilização de todos os serviços elencados, podendo a Prefeitura Municipal SERRINHA, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O **MUNICÍPIO SERRINHA/BA** poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

21.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



- 21.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 21.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 21.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.7. O Pregoeiro poderá utilizar-se de procedimentos simplificados na forma da Lei nº 13.726, de 8 de Outubro de 2018. (Lei da desburocratização).
- 21.8. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município.
- 21.9. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.
- 21.10. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- 21.11. Não cabe à **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- 21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o Foro da Comarca de Serrinha, do Estado da Bahia.
- 21.13. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário das 08:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Prefeitura Municipal SERRINHA Estado da Bahia, no endereço: Rua Macário Ferreira, nº517, Centro, Serrinha, CEP 48.700-000, para melhores esclarecimentos.
- 21.14. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.
- 21.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 21.16. O valor máximo do presente certame será o estipulado conforme Anexo II – Orçamento da Administração;
- 21.17. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

Serrinha - BA, 31 de outubro de 2022.

**Emerson Rosa dos Santos**  
Pregoeiro  
Portaria nº 341 de 03 de maio de 2022.



## ANEXO 1 - TERMO DE REFERENCIA

### 1. OBJETO

Constitui objeto deste Pregão Presencial o **Contratação de empresa para locação de veículos, conforme Termo de Referência, anexo I do Edital**

### 2. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

2.1. Tendo em vista as demandas das diversas secretarias no tocante a necessidade de veículos para realização de suas tarefas, a Prefeitura Municipal de Serrinha, decide que para atender as secretarias com agilidade e presteza, justifica-se a contratação de empresa para locação dos veículos.

### 3. DO EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A Empresa contratada será responsável pela locação dos veículos, e de acordo a demanda das diversas secretarias, conforme tabela abaixo:

LOTE 01				
Item	Discriminação do pedido	Und.	Quant.	Período mensal
1	Veículo tipo motocicleta: potência mínima 125cc e máxima 160 cc, flex ou gasolina, condutor e manutenção por conta da contratada, combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	16	12
2	Veículo tipo motocicleta cargo: potência mínima 150cc e máxima 160 cc, flex ou gasolina, condutor e manutenção por conta da contratada, combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	4	12
3	Veículo tipo motocicleta: potência mínima 250 e máxima 300 cc, flex ou gasolina, condutor e manutenção por conta da contratada combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	4	12

Lote 02				
Item	Discriminação do pedido	Und	Quant.	Período mensal
1	Veículo tipo mini van, motor não inferior a 1.8, flex, c/05 portas, completo, capacidade para 7 passageiros, com motorista, manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	3	12
2	Veículo tipo passeio, motor 1.0 flex, c/05 portas, ar condicionado com motorista manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	20	12

3	Veículo tipo passeio, motor não inferior a 1.6 flex, c/05 portas, completo, capacidade para 05 passageiros com motorista e manutenção por conta da contratada, combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	3	12
4	Veículo tipo utilitário, peq. Porte, cabine dupla, flex, básico, capacidade 500kg, com motorista e manutenção por conta da contratada, combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	3	12
5	Veículo tipo utilitário, peq. Porte, cabine simples, flex, básico, capacidade 500kg, com motorista e manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	3	12
6	Veículo tipo utilitário, peq. Porte, cabine estendida, flex, básico, com motorista e manutenção por conta da contratada, combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	4	12
7	Veículo tipo van ou similar, motor a diesel, completa com capacidade mínima para 16 pessoas, com motorista, com combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	6	12
8	Veículo tipo van ou similar, motor a diesel, completa com capacidade mínima para 19 pessoas, com motorista, e manutenção por conta da contratada, com combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	2	12
9	Veículo tipo caminhoneta, cab.dupla, cap. 1000kg, com motorista, manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2011)	Mês	6	12

Lote 03				
Item	Discriminação do pedido	Und	Quant.	Período mensal
1	Veículo tipo caminhoneta, cab.dupla, cap. 1000kg, sem motorista, manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2011)	Mês	10	12
2	Veículo tipo caminhoneta, cab.dupla, air bag, câmbio automático, cap. Para 1000 kg, sem motorista, manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre, (mínimo 2020)	Mês	2	12
3	Veículo tipo mini van, motor não inferior a 1.8, flex, c/05 portas, completo, capacidade para 7 passageiros, sem motorista manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	5	12
4	Veículo tipo passeio, motor 1.0 flex, c/05 portas, ar condicionado sem motorista, manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	40	12
5	Veículo tipo passeio, motor não inferior a 1.6 flex ou superior, c/05 portas, completo, capacidade para 05 passageiros sem	Mês	14	12

	motorista manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)			
6	Veículo tipo suv de grande porte, motor diesel 2.8, 177 cv ou superior, completa, câmbio automático de 06 velocidades, cap.p/07 pessoas, sem moptorista manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre (modelo 2021)	Mês	2	12
7	Veículo tipo utilitário, peq. Porte, cabine simples, flex, básico, sem motorista manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	15	12
8	Veículo tipo utilitário, peq. Porte, cabine dupla, flex, básico, sem motorista manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	4	12
6	Veículo tipo utilitário, peq. Porte, cabine estendida, flex, básico, sem motorista e manutenção por conta da contratada, combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2013)	Mês	5	12

Lote 04				Período
Item	Discriminação do pedido	Und	Quant.	mensal
1	Veículo tipo micro ônibus, com ar-condicionado, com capacidade para 28 pessoas com motorista e manutenção por conta da contratada, combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2012)	Mês	3	12
2	Veículo tipo ônibus rodoviário, completo, com banheiro, com capacidade para 44 pessoas, com motorista, e manutenção por conta da contratada, combustível p/conta da prefeitura, km livre (mínimo 2005)	Mês	2	12
3	Veículo tipo carro pipa, com cap. Mínima para 15.000 lts, com motorista, e manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre	Mês	4	12
4	Veículo tipo carro pipa, com cap. Mínima para 8.000 lts, com motorista e manutenção por conta da contratada, combustível p/conta da prefeitura, km livre	Mês	15	12
5	Veículo tipo caminhão toco, carga seca, com carroceria de madeira, capacidade mínima de 8 ton, com motorista e manutenção por conta da contratada, combustível p/conta da prefeitura, km livre km livre	Mês	5	12
6	Veículo tipo caminhão truck carga seca, com carroceria de madeira dois eixos, capacidade mínima de 15 ton, com motorista e manutenção por conta da contratada, combustível p/conta da prefeitura, km livre km livre	Mês	4	12
7	Veículo tipo caminhão 3/4, carga seca, carroceria de madeira com motorista, e manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre	Mês	4	12
8	Veículo tipo caminhão 3/4, com baú, com motorista, e manutenção por conta da contratada, combustível p/conta da prefeitura.km livre	Mês	3	12

9	Veículo tipo caminhão toco, com baú, capacidade mínima de 8 ton com motorista, e manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre	Mês	3	12
10	Veículo tipo caminhão truck, com baú dois eixos, com motorista, e manutenção por conta da contratada e combustível p/conta da prefeitura, km livre, capacidade mínima de 15 ton, km livre	Mês	2	12

#### 4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. As empresas licitantes deverão apresentar suas propostas de preço, considerando o **Menor preço por lote**.

#### 5. FORMA DE CONTRATAÇÃO, PERÍODO DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO:

5.1. Sugere-se a contratação mediante Pregão Presencial. A execução dar-se-á pelo período de 12 (doze) meses a contar a assinatura da Ata de Registro de Preço.

5.2. O pagamento dar-se-á mensalmente após aferição dos serviços realizados por meio de planilhas de medição, conforme controle realizado conjuntamente entre a Secretaria Municipal, e a empresa licitante vencedora.

#### 6. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

6.1. As propostas deverão ser apresentadas contendo, obrigatoriamente, as características técnicas dos serviços propostos, responsabilizando-se a licitante pela veracidade dessas informações. No preço proposto deverão estar contidos todos os impostos, taxas incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, salários e quaisquer outros encargos necessários ao fornecimento dos serviços objeto deste certame.

6.2. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias

#### 7. NOTA FISCAL/FATURA:

7.1. A Contratada deverá apresentar a Prefeitura Municipal de Serrinha/BA, Nota Fiscal/Fatura da própria Empresa.

#### 8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

a) Promover, por intermédio do servidor ou Comissão designado na forma do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA. A existência de fiscalização da CONTRATANTE de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer serviço mal executado ou bem eivado de vício ou defeito;

b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Edital, mediante aferição e atesto de planilha de medição, acusando a realização dos serviços daquele período;

- c) Somente efetuar pagamento a contratada, quando esta atender todas as exigências fiscais e trabalhistas em consonância com a documentação de habilitação exigida na licitação que originou este termo contratual.
- d) Será exigido da licitada a identificação de todos os profissionais envolvidos na prestação de serviço, por meio de crachás e uniformes para facilitar a visualização das equipes.
- e) Exigir da contratada comprovação de pagamentos dos encargos sociais e trabalhistas de seus funcionários;
- f) Fiscalizar os veículos da contratadas, se atendem as obrigações do Departamento Nacional de Trânsito, no que se refere a validade do extintor, seguro obrigatório e licenciamento dos veículos;
- g) Fiscalizar os funcionários da contratada, quanto a validade e categoria da CNH, de acordo ao veículo que está sendo utilizado;
- e) Notificar a contratada formalmente, quanto a qualquer restrição ou má realização dos serviços, estabelecendo prazo para justificativa;
- f) Designar servidor para autorização e controle do abastecimento dos veículos, o qual deverá apresentar o relatório de abastecimento por veículos ao final de cada competência;
- h) Cadastrar no Sistema SIGA/TCM, os veículos como frota terceirizada e informar seu abastecimento

#### **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a) manter durante a execução todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- b) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus profissionais durante a execução do serviço;
- c) não caucionar ou utilizar o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da Contratante;
- d) Todo o serviço realizado deverá ser sucedido de planilhas de medição que deverá ser entregue ao Secretário Municipal que deverá aferir e atestar os serviços realizados para posterior emissão da nota fiscal correspondente, que deverá ser entregue na Sede da Prefeitura, ao chefe do setor de transportes situado à Ra Campos Filho, 140 Centro – BA, obedecendo rigorosamente o horário das 08:00 às 13:00 horas;
- e) As notas fiscais deverão ser emitidas com informação do número do boletim de medição, período do serviço realizado, e número do contrato e licitação, no corpo da nota fiscal.
- f) Informar na nota fiscal o valor pago mediante execução do objeto, sendo 60% (sessenta por cento) despesas com insumos, tais como veículos, alimentação, hospedagem, fardamento, material de consumo, e expediente, contas telefônicas, entre outras, e 40% (quarenta por cento) se destina a mão de obra;
- g) Atender obrigações do Departamento Nacional de Trânsito, no que se refere a validade do extintor, seguro obrigatório, licenciamento dos veículos e demais obrigações exigidas em lei, de todos os veículos disponibilizados para a prefeitura;
- h) Somente disponibilizar profissionais com CNH válida e na categoria adequada ao veículo que será operado;

#### **10. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

10.1. Para a aquisição dos materiais descritos nesse termo, será celebrada contratação que estabelecerá em suas cláusulas condições para fornecimento dos mesmos, os direitos e obrigações entre as partes de acordo com os normativos vigentes.

10.2. O presente contrato deverá ter vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

## **11. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO FORNECIMENTO**

11.1 A fiscalização da realização dos serviços será exercida pela Prefeitura Municipal de Serrinha, por intermédio dos servidores: Sr. Igor campos de Oliveira como gestor e Sr. Brunno Pimentel Pinheiro como Fiscal de Contratos, responsável pelo acompanhamento da entrega dos materiais descritos nesse termo, nomeados através de portaria Nº 221 de 11 de março de 2022 publicada em diário oficial desse município anexa a esse termo. Os servidores foram previamente designados através de portaria, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

11.2 A presença da fiscalização no local da entrega não atenua nem diminui a responsabilidade do Agente de Integração contratado no que diz respeito a qualquer ocorrência, atos irregulares ou omissões verificadas na entrega dos materiais a ele relacionados.

11.3 A Prefeitura Municipal poderá recusar quaisquer materiais quando entender que os mesmos estejam em desacordo com a legislação aplicável e/ou contrário aos termos da Ata celebrada.

## **12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

12.1 O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de ordem de pagamento bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente.

12.2. - Será procedida consulta "on-line", antes de cada pagamento, para verificação da situação fiscal e trabalhista da CONTRATADA relativamente às condições exigidas na contratação.

12.3 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou via judicial, caso necessário.

12.4 - A CONTRATANTE reserva-se no direito de suspender o pagamento caso os materiais sejam fornecidos em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

12.5 Encontrando-se a CONTRATADA inadimplente na data da consulta, poderá ser concedido, a critério do CONTRATANTE, um prazo de trinta dias (prorrogável a critério da Administração por uma única vez) para que a mesma regularize a sua situação, sob pena de, não o fazendo, ter rescindido a Ata com aplicação das sanções cabíveis.

12.6 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação obrigações fiscais e trabalhistas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).



### **13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Sanções administrativas conforme edital.

### **14. DA QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA**

14.1 Entre outros documentos a serem solicitados pela área responsável pelo Pregão Eletrônico, é necessário que a empresa a ser CONTRATADA, para efeito de habilitação, apresente os seguintes documentos:

- a) Atestado de Capacidade Técnica: Comprovação da licitante aptidão no fornecimento feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica do direito público ou privado, compatível com o objeto licitado;
- b) Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação;
- c) A Prefeitura Municipal de Serrinha-BA, através do Pregoeiro, se reserva ao direito de exigir, para conferência e diligência, antes da adjudicação, a exibição de originais de documentos que tenham sido apresentados por cópias, ainda que autenticadas por tabelião, ou por qualquer outra forma legal;
- d) os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial. No caso de apresentação de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião ou apresentadas os respectivos originais para conferência pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio, na sessão.
- e) serão aceitas as Certidões, em original, obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as a verificações, caso necessário.

### **15 DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

15.1 Para fins legais, o valor estimativo para esta contratação será definido pela área competente da Prefeitura Municipal, mediante realização da pesquisa de preços de mercado.

15.2 A Taxa de Administração corresponde ao custeio das despesas necessárias, incluindo as despesas administrativas/operacionais (energia elétrica, pessoal, condomínio, telefone, aluguel, postagem, despesas bancárias, material de escritório, etc), os fretes, os tributos, as tarifas e todas as despesas decorrentes da execução do objeto deste instrumento.

### **16. DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO**

16.1 A CONTRATADA poderá subcontratar, parte do objeto da licitação desde que as empresas atendeam as mesmas condições de habilitação, e ainda, que sejam previamente submetidas à prévia aprovação da CONTRATANTE.

1.6.1.1 A fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas, com o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE, e desde que não afetem a boa execução do fornecimento dos materiais descritos na Ata.

## **17. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

17.1 O não cumprimento de qualquer das cláusulas e condições pactuadas no Instrumento Contratual ou a sua inexecução, por parte da CONTRATADA, implicará para o CONTRATANTE a faculdade de rescindir a contratação através de Ata unilateralmente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, de acordo com o inciso I, do art. 79 da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

17.1.1 O não cumprimento de qualquer das cláusulas e condições pactuadas no Instrumento Contratual ou a sua inexecução por parte do CONTRATANTE, implicará para o CONTRATADO a faculdade de se utilizar dos termos dos artigos 78 a 80, da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

## **18. DOS PRAZOS:**

18.1. A proposta deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, contada da data estabelecida no preâmbulo desta Licitação para o recebimento dos envelopes “Documentação” e “Proposta”.

18.2. A Contratação terá a vigência de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último. Os materiais serão fornecidos no período do ano letivo.

18.3. Os serviços objeto desta licitação deverão ser realizados por um período estimado de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da autorização de serviços emitida pela Prefeitura Municipal de Serrinha, podendo ser prorrogado a critério da Prefeitura, por iguais e sucessivos períodos, ser prorrogado até o limite legalmente permitido.

18.4. A entrega dos materiais deverá ser feita de forma parcelada, conforme solicitação das Secretarias Municipais, sendo que o prazo máximo para a entrega deste item não poderá ultrapassar 10(dez) dias uteis, após a solicitação ou entrega do empenho;

## **19. MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS**

19.1. O valor estimado da contratação foi apurado junto a pessoas jurídicas que executam fornecimentos dos materiais compatíveis com o objeto deste Termo.

Serrinha-Ba. 31 de agosto de 2022.

Igor Campos de Oliveira  
Coordenador-Geral  
Port. 260/2021



ANEXO 02 - ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	LOTE 001	UNID	QTD	PERÍODO MENSAL	VALORES ESTIMADOS		
	DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO				MÉDIAS		
					MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA MENSAL	MÉDIA ANUAL
1	VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA : POTÊNCIA MÍNIMA 125CC E MÁXIMA 160 CC, FLEX OU GASOLINA, CONDUTOR E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	16	12	R\$ 2.800,50	R\$ 44.808,00	R\$ 537.696,00
2	VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA CARGO: POTÊNCIA MÍNIMA 150CC E MÁXIMA 160 CC, FLEX OU GASOLINA, CONDUTOR E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	4	12	R\$ 2.892,50	R\$ 11.570,00	R\$ 138.840,00
3	VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA: POTÊNCIA MÍNIMA 250 E MÁXIMA 300 CC, FLEX OU GASOLINA, CONDUTOR E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	4	12	R\$ 3.237,50	R\$ 12.950,00	R\$ 155.400,00
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>					<b>R\$ 831.936,00</b>		

ITEM	LOTE 002	UNID	QTD	PERÍODO MENSAL	VALORES ESTIMADOS		
	DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO				MÉDIAS		
					MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA MENSAL	MÉDIA ANUAL
4	VEÍCULO TIPO MINI VAN, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.8, FLEX, C/05 PORTAS, COMPLETO, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	3	12	R\$ 5.568,75	R\$ 16.706,25	R\$ 200.475,00

5	VEÍCULO TIPO PASSEIO, MOTOR 1.0 FLEX, C/05 PORTAS, AR CONDICIONADO COM MOTORISTA MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	20	12	R\$ 4.907,50	R\$ 98.150,00	R\$ 1.177.800,00
6	VEÍCULO TIPO PASSEIO, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.6 FLEX , C/05 PORTAS, COMPLETO,CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	3	12	R\$ 5.015,00	R\$ 15.045,00	R\$ 180.540,00
7	VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, PEQ. PORTE, CABINE DUPLA, FLEX, BÁSICO, CAPACIDADE 500KG, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	3	12	R\$ 5.251,00	R\$ 15.753,00	R\$ 189.036,00
8	VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, PEQ. PORTE, CABINE SIMPLES, FLEX, BÁSICO, CAPACIDADE 500KG, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	3	12	R\$ 5.201,00	R\$ 15.603,00	R\$ 187.236,00
9	VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, PEQ. PORTE, CABINE ESTENDIDA, FLEX, BÁSICO ,COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA,COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	4	12	R\$ 5.226,00	R\$ 20.904,00	R\$ 250.848,00
10	VEÍCULO TIPO VAN OU SIMILAR, MOTOR A DIESEL, COMPLETA COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PESSOAS, COM MOTORISTA, COM COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	6	12	R\$ 8.449,75	R\$ 50.698,50	R\$ 608.382,00
11	VEÍCULO TIPO VAN OU SIMILAR, MOTOR A DIESEL, COMPLETA COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 19 PESSOAS, COM	MÊS	2	12	R\$ 13.274,75	R\$ 26.549,50	R\$ 318.594,00

	MOTORISTA, E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)						
12	VEÍCULO TIPO CAMINHONETA,CAB.DUPLA, CAP. 1000KG, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2011)	MÊS	6	12	R\$ 9.229,50	R\$ 55.377,00	R\$ 664.524,00
<b>VALOT TOTAL DO LOTE</b>						<b>R\$ 3.777.435,00</b>	

ITEM	LOTE 003 DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO	UNID	QTD	PERÍODO MENSAL	VALORES ESTIMADOS		
					MÉDIAS		
					MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA MENSAL	MÉDIA ANUAL
13	VEÍCULO TIPO CAMINHONETA,CAB.DUPLA, CAP. 1000KG, SEM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2011)	MÊS	10	12	R\$ 9.833,25	R\$ 98.332,50	R\$ 1.179.990,00
14	VEÍCULO TIPO CAMINHONETA, CAB.DUPLA, AIR BAG, CÂMBIO AUTOMÁTICO, CAP. PARA 1000 KG, SEM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA,KM LIVRE, (MÍNIMO 2020)	MÊS	2	12	R\$ 12.433,50	R\$ 24.867,00	R\$ 298.404,00
15	VEÍCULO TIPO MINI VAN, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.8, FLEX, C/05 PORTAS, COMPLETO, CPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS,SEM MOTORISTA MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITUR, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	5	12	R\$ 4.971,25	R\$ 24.856,25	R\$ 298.275,00
16	VEÍCULO TIPO PASSEIO, MOTOR 1.0 FLEX, C/05 PORTAS, AR CONDICIONADO SEM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL	MÊS	40	12	R\$ 4.418,00	R\$ 176.720,00	R\$ 2.120.640,00

	P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)						
17	VEÍCULO TIPO PASSEIO, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.6 FLEX OU SUPERIOR, C/05 PORTAS, COMPLETO,CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS SEM MOTORISTA MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	14	12	R\$ 4.543,00	R\$ 63.602,00	R\$ 763.224,00
18	VEÍCULO TIPO SUV DE GRANDE PORTE, MOTOR DIESEL 2.8, 177 CV OU SUPERIOR,COMPLETA, CÂMBIO AUTOMÁTICO DE 06 VELOCIDADES, CAP.P/07 PESSOAS, SEM MOTORISTA MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MODELO 2021)	MÊS	2	12	R\$ 16.898,00	R\$ 33.796,00	R\$ 405.552,00
19	VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, PEQ. PORTE, CABINE SIMPLES, FLEX, BÁSICO, SEM MOTORISTA MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	15	12	R\$ 4.654,50	R\$ 69.817,50	R\$ 837.810,00
20	VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, PEQ. PORTE, CABINE DUPLA, FLEX, BÁSICO, SEM MOTORISTA MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	4	12	R\$ 4.929,50	R\$ 19.718,00	R\$ 236.616,00
21	VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, PEQ. PORTE, CABINE ESTENDIDA, FLEX, BÁSICO, SEM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA,COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	5	12	R\$ 5.054,50	R\$ 25.272,50	R\$ 303.270,00
<b>VALOT TOTAL DO LOTE</b>						<b>R\$ 6.443.781,00</b>	

ITEM	LOTE 004	UNID	QTD	PERÍODO MENSAL	VALORES ESTIMADOS		
					MÉDIAS		
	DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO				MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA MENSAL	MÉDIA ANUAL

22	VEÍCULO TIPO MICRO ÔNIBUS, COM AR-CONDICIONADO, COM CAPACIDADE PARA 28 PESSOAS COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2012)	MÊS	3	12	R\$ 12.153,00	R\$ 36.459,00	R\$ 437.508,00
23	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO, COMPLETO, COM BANHEIRO, COM CAPACIDADE PARA 44 PESSOAS, COM MOTORISTA, E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA ,COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2005)	MÊS	2	12	R\$ 15.801,75	R\$ 31.603,50	R\$ 379.242,00
24	VEÍCULO TIPO CARRO PIPA , COM CAP. MÍNIMA PARA 15.000 LTS, COM MOTORISTA, E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE	MÊS	4	12	R\$ 14.025,00	R\$ 56.100,00	R\$ 673.200,00
25	VEÍCULO TIPO CARRO PIPA, COM CAP. MÍNIMA PARA 8.000 LTS, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA,COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE	MÊS	15	12	R\$ 10.937,50	R\$ 164.062,50	R\$ 1.968.750,00
26	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO TOCO, CARGA SECA, COM CARROCERIA DE MADEIRA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 TON,COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA , COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE KM LIVRE	MÊS	5	12	R\$ 10.217,75	R\$ 51.088,75	R\$ 613.065,00
27	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO TRUCK CARGA SECA, COM CARROCERIA DE MADEIRA DOIS EIXOS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 TON,COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA ,COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE KM LIVRE	MÊS	4	12	R\$ 14.051,75	R\$ 56.207,00	R\$ 674.484,00
28	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO 3/4, CARGA SECA, CARROCERIA DE MADEIRA COM MOTORISTA,E MANUTENÇÃO POR CONTA	MÊS	4	12	R\$ 9.558,25	R\$ 38.233,00	R\$ 458.796,00

	DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE						
29	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO 3/4, COM BAÚ, COM MOTORISTA, E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE	MÊS	3	12	R\$ 9.883,25	R\$ 29.649,75	R\$ 355.797,00
30	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO TOCO, COM BAÚ, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 TON COM MOTORISTA, E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE	MÊS	3	12	R\$ 10.784,75	R\$ 32.354,25	R\$ 388.251,00
31	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO TRUCK, COM BAÚ DOIS EIXOS, COM MOTORISTA, E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE, CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 TON, KM LIVRE	MÊS	2	12	R\$ 13.526,50	R\$ 27.053,00	R\$ 324.636,00
<b>VALOT TOTAL</b>						<b>R\$ 6.273.729,00</b>	
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO</b>						<b>R\$ 17.326.881,00</b>	

ANEXO 03 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4106/2022  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2022

Apresentamos nossa proposta para *Contratação de empresa para prestação de serviços na locação de veículos, com disponibilização de motorista, conforme termo de referencia, anexo I do edital.*

PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

LOCAL DE ENTREGA: PREFEITURA MUNICIPAL

ITEM	LOTE 001	UNID. (A)	QTD. (B)	PERÍODO MENSAL	VALORES PROPOSTOS	



	DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO			(C)	PREÇO UNITÁRIO (D)	PREÇO MENSAL MENSAL (E) E= (B*D)	PREÇO ANUAL (F) F=(E*C)
1	VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA : POTÊNCIA MÍNIMA 125CC E MÁXIMA160 CC, FLEX OU GASOLINA,CONDUTOR E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	16	12			
2	VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA CARGO: POTÊNCIA MÍNIMA 150CC E MÁXIMA160 CC, FLEX OU GASOLINA,CONDUTOR E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA , COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	4	12			
3	VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA: POTÊNCIA MÍNIMA 250 E MÁXIMA 300 CC, FLEX OU GASOLINA, CONDUTOR E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	4	12			
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>							

ITEM	LOTE 002	UNID. (A)	QTD. (B)	PERÍODO MENSAL (C)	VALORES PROPOSTOS		
	DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO				PREÇO UNITÁRIO (D)	PREÇO MENSAL MENSAL (E) E= (B*D)	PREÇO ANUAL (F) F=(E*C)
1	VEÍCULO TIPO MINI VAN, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.8, FLEX, C/05 PORTAS, COMPLETO, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS,COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA , KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	3	12			

2	VEÍCULO TIPO PASSEIO, MOTOR 1.0 FLEX, C/05 PORTAS, AR CONDICIONADO COM MOTORISTA MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	20	12			
3	VEÍCULO TIPO PASSEIO, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.6 FLEX , C/05 PORTAS, COMPLETO,CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	3	12			
4	VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, PEQ. PORTE, CABINE DUPLA, FLEX, BÁSICO, CAPACIDADE 500KG, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	3	12			
5	VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, PEQ. PORTE, CABINE SIMPLES, FLEX, BÁSICO, CAPACIDADE 500KG, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	3	12			
6	VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, PEQ. PORTE, CABINE ESTENDIDA, FLEX, BÁSICO ,COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA,COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	4	12			
7	VEÍCULO TIPO VAN OU SIMILAR, MOTOR A DIESEL, COMPLETA COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 PESSOAS, COM MOTORISTA, COM COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	6	12			
8	VEÍCULO TIPO VAN OU SIMILAR, MOTOR A DIESEL, COMPLETA COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 19 PESSOAS, COM	MÊS	2	12			

	MOTORISTA, E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COM COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)					
9	VEÍCULO TIPO CAMINHONETA,CAB.DUPLA, CAP. 1000KG, COM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2011)	MÊS	6	12		
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>						

ITEM	LOTE 003 DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO	UNID. (A)	QTD. (B)	PERÍODO MENSAL (C)	VALORES PROPOSTOS		
					PREÇO UNITÁRIO (D)	PREÇO MENSAL MENSAL (E) E= (B*D)	PREÇO ANUAL (F) F=(E*C)
1	VEÍCULO TIPO CAMINHONETA,CAB.DUPLA, CAP. 1000KG, SEM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2011)	MÊS	10	12			
2	VEÍCULO TIPO CAMINHONETA, CAB.DUPLA, AIR BAG, CÂMBIO AUTOMÁTICO, CAP. PARA 1000 KG, SEM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA,KM LIVRE, (MÍNIMO 2020)	MÊS	2	12			
3	VEÍCULO TIPO MINI VAN, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.8, FLEX, C/05 PORTAS, COMPLETO, CPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS,SEM MOTORISTA MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITUR, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	5	12			
4	VEÍCULO TIPO PASSEIO, MOTOR 1.0 FLEX, C/05 PORTAS, AR CONDICIONADO SEM MOTORISTA, MANUTENÇÃO POR CONTA	MÊS	40	12			

	DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)					
5	VEÍCULO TIPO PASSEIO, MOTOR NÃO INFERIOR A 1.6 FLEX OU SUPERIOR, C/05 PORTAS, COMPLETO,CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS SEM MOTORISTA MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	14	12		
6	VEÍCULO TIPO SUV DE GRANDE PORTE, MOTOR DIESEL 2.8, 177 CV OU SUPERIOR,COMPLETA, CÂMBIO AUTOMÁTICO DE 06 VELOCIDADES, CAP.P/07 PESSOAS, SEM MOTORISTA MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MODELO 2021)	MÊS	2	12		
7	VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, PEQ. PORTE, CABINE SIMPLES, FLEX, BÁSICO, SEM MOTORISTA MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	15	12		
8	VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, PEQ. PORTE, CABINE DUPLA, FLEX, BÁSICO, SEM MOTORISTA MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	4	12		
9	VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO, PEQ. PORTE, CABINE ESTENDIDA, FLEX, BÁSICO, SEM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA,COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2013)	MÊS	5	12		
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>						

ITEM	LOTE 004	UNID. (A)	QTD. (B)	PERÍODO MENSAL (C)	VALORES PROPOSTOS		
	DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO				PREÇO UNITÁRIO (D)	PREÇO MENSAL MENSAL (E) E= (B*D)	PREÇO ANUAL (F) F=(E*C)
1	VEÍCULO TIPO MICRO ÔNIBUS, COM AR-CONDICIONADO, COM CAPACIDADE PARA 28 PESSOAS COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA, COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2012)	MÊS	3	12			
2	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO, COMPLETO, COM BANHEIRO, COM CAPACIDADE PARA 44 PESSOAS, COM MOTORISTA, E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA ,COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE (MÍNIMO 2005)	MÊS	2	12			
3	VEÍCULO TIPO CARRO PIPA , COM CAP. MÍNIMA PARA 15.000 LTS, COM MOTORISTA, E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE	MÊS	4	12			
4	VEÍCULO TIPO CARRO PIPA, COM CAP. MÍNIMA PARA 8.000 LTS, COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA,COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE	MÊS	15	12			
5	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO TOCO, CARGA SECA, COM CARROCERIA DE MADEIRA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 TON,COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA , COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE KM LIVRE	MÊS	5	12			
6	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO TRUCK CARGA SECA, COM CARROCERIA DE MADEIRA DOIS EIXOS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 TON,COM MOTORISTA E MANUTENÇÃO POR CONTA DA	MÊS	4	12			

	CONTRATADA ,COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE KM LIVRE						
7	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO 3/4, CARGA SECA, CARROCERIA DE MADEIRA COM MOTORISTA,E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE	MÊS	4	12			
8	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO 3/4,COM BAÚ, COM MOTORISTA,E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA,COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA.KM LIVRE	MÊS	3	12			
9	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO TOCO, COM BAÚ , CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 TON COM MOTORISTA,E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE	MÊS	3	12			
10	VEÍCULO TIPO CAMINHÃO TRUCK, COM BAÚ DOIS EIXOS,COM MOTORISTA,E MANUTENÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA E COMBUSTÍVEL P/CONTA DA PREFEITURA, KM LIVRE , CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 TON,KM LIVRE	MÊS	2	12			
<b>VALOR TOTAL</b>							

<b>VALOR TOTAL DO LOTE:</b>	
<b>CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:</b>	
<b>VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias</b>	
<b>AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA</b>	

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
CARIMBO E ASSINATURA DO PROPONENTE

*OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ SUA DECISÃO.*



ANEXO 04

Modelo de Declaração de Autenticidade

**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito sob o CPF \_\_\_\_\_, declaro que a(s) cópia(s) discriminada(s) abaixo, apresentada(s) neste edital de Pregão Eletrônico 050/2022, contem(êm) informação(ões) verídica(s).

- ( ) RG dos sócios e/ou procuradores;
- ( ) CPF dos sócios e/ou procuradores;
- ( ) CNH dos sócios e/ou procuradores,
- ( ) Assinatura dos signatários em procurações;
- ( ) outros documentos (descrever)

Declaro, também, que sou conhecedor dos termos descritos na Lei 13.726/2018:

*“Art. 3º - Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*(...)*

*II – autenticação de cópia de documento, (...)*

*(...)*

*§2º - Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”*

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(Município)

\_\_\_\_\_  
(assinatura)



ANEXO - 05

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

**Ao Pregoeiro e equipe de apoio**

Prefeitura Municipal de Serrinha, Estado da Bahia

**PREGÃO ELETRÔNICO 050/2022**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

- Declaramos, sob as penas da Lei, conhecer e aceitar as condições constantes no Pregão Eletrônico em epígrafe e seus anexos, e que atendemos plenamente aos requisitos necessários para habilitação, nos termos do art. 4º, Inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.
- Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim, que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.
- \*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.
- Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo

é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do contrato de.**

Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço: **E-mail:.....Telefone:** ..... Afirmamos ainda, que caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao Pregão Eletrônico n.º **Nº**..... No dia e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no contrato.

..... de 2022.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo)



## ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

Processo Administrativo nº 4106/2022

Contrato que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE SERRINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.845.086/0001-03, com sede na Macário Ferreira, nº 517, Centro, Serrinha-Ba, representada pelo Exmº Sr. Prefeito Adriano Silva Lima - Prefeito, doravante denominado CONTRATANTE e, do outro lado,....., estabelecida na Rua....., nº....., bairro....., cidade....., inscrito(a) no CNPJ sob nº..... através do seu representante legal, Sr(a)....., inscrito(a) no CPF sob o nº....., denominada CONTRATADA, observada a **Licitação Pregão Eletrônico nº 050/2022**, que se regerá pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Municipal nº 1.205/2018; Lei Estadual nº 9.433/05 de 01 de março de 2005; Lei Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1 **Contratação de empresa para prestação de serviços na locação de veículos, com disponibilização de motorista.**
- 1.2 Trata-se de prestação de serviços com disponibilização de motoristas, com quilometragem livre e abastecimento por conta da prefeitura municipal de Serrinha.

§1º. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos § 1º e 3º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, c/c ao art. 143, § 1º e 3º, da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

### CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

- 2.1 O prazo de execução será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que atenda o disposto no artigo 57 da Lei Federal 8.666/93, de acordo com as necessidades do órgão solicitante.

### CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

- 3.1 O valor global estimado do contrato é de de R\$......(valor por extenso.....) de acordo com as planilhas de medição apresentadas mensalmente, em consonância com as ordens de serviços emitidas pela CONTRATANTE, nos preços unitários estabelecidos nas tabela dos lotes adjudicados, abaixo elencadas:

ITEM	LOTE xxxx			VALORES PROPOSTOS
------	-----------	--	--	-------------------

	DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO	UNID. (A)	QTD. (B)	PERÍODO MENSAL (C)	PREÇO UNITÁRIO (D)	PREÇO MENSAL MENSAL (E) E= (B*D)	PREÇO ANUAL (F) F=(E*C)
1		MÊS					
2		MÊS					
3		MÊS					
<b>VALOR TOTAL DO LOTE</b>							

§1º Nos preços previstos neste contrato estão incluídos todos os custos com material manutenção dos veículos, inclusive de manutenção corretiva e preventiva.

§2º Fica às expensas da CONTRATADA as despesas administrativas com salários, piso salarial da categoria, demais exigências de convenções coletivas da categoria de motoristas,, encargos sociais, previdenciários, e trabalhistas;

§3º Os preços ofertados contemplam ainda, fardamento, ferramentas, equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações consignadas neste contrato.

§4º Todos os custos e despesas operacionais, são de obrigação da contratada, **exceto o abastecimento de combustíveis** que ficará às expensas da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

UNIDADE	PROJETO	ELEMENTO	FONTE
62000	2019	339039	01
62000	2019	339039	04
62000	2019	339039	19
62000	2020	339039	19
62000	2014	339039	01
62000	2016	339039	19
5401	2002	339039	00
6001	2009	339039	00
6501	2117	339039	00
6601	2009	339039	00
6601	2023	339039	00
6701	2024	339039	00
6901	2149	339039	00
63001	2032	339039	02 E 14
63001	2051	339039	02 E 14

63001	2093	339039	02 E 14
63001	2096	339039	02 E 14
63001	2097	339039	02 E 14
63001	2160	339039	02 E 14
64001	2106	339039	02 E 14

#### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

5.1 Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura e entrega devidamente atestada a execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

§1º. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da mesma por parte da CONTRATADA.

§2º. A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IPCA do IBGE pro rata tempore.

#### **CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO**

6.1 Tratando-se de fornecimento integral, o preço da proposta pé irreaustável.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 A CONTRATADA, além das determinações contidas no ANEXO I do Edital e daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- 7.1.1. Entregar os materiais e instalar nos locais indicados, no prazo pela contratante, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- 7.1.2. Os veículos não terão franquia de quilometragem.
- 7.1.3. Os veículos deverão ter Seguro Total, sem ônus para essa Administração Municipal.
- 7.1.4. No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades, a contratada deverá substituir o veículo por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem nenhum ônus adicional para as Secretarias, pelo período que for necessário.
- 7.1.5. Os veículos serão inspecionados pelo responsável do Setor de Transporte, após assinatura do contrato e será emitido um Laudo de aptidão para prestação dos serviços e este integrará o respectivo contrato.
- 7.1.6. Haverá um termo de recebimento e devolução constando a data e o horário, subscrito pelas partes;
- 7.1.7. Quando das revisões recomendadas pelo fabricante ou quando da execução dos serviços de que trata o item acima, a contratada, deverá providenciar a retirada e entrega do veículo nas dependências da Secretaria da qual o mesmo está vinculado.
- 7.1.8. No caso de revisões obrigatórias pelo fabricante, a contratada obriga-se a deixar outro veículo similar ou superior no lugar do veículo retirado;

- 7.1.9. Encarregar-se de todos os custos, despesas e demais necessidades pertinentes à execução dos SERVIÇOS, inclusive responsabilizando-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do mesmo, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.10. A critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os veículos com avarias ou defeitos;
- 7.1.11. Os veículos deverão ser disponibilizados à CONTRATADA, em perfeitas condições de segurança e rodagem;
- 7.1.12. Deverá disponibilizar motorista com habilitação dentro da validade, na categoria compatível com tipo de veículo que irá conduzir;
- 7.1.13. Manter os documentos de licenciamento e seguro obrigatório válidos;
- 7.1.14. Comunicar à Administração, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.15. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 7.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.17. Deverá obrigatoriamente, responsabilizar-se pelas ações de empresas subcontradas, e não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;
- 7.1.18. Somente será confirmada a prestação dos serviços quando os mesmos estiverem, acompanhados das notas fiscais com detalhamento, para conferência e posterior atestação da execução conforme autorização de serviços expedidas na competência a que se refere;
- 7.1.19. O CONTRATADO deverá atentar-se aos prazos estabelecidos para disponibilização dos veículos, podendo este ser notificado e penalizado caso exceda o limite do prazo, ou realize entrega parcial dos mesmos sem prévia comunicação formalizada expondo motivos para atrasos ou entrega parcial, ficando ao poder público o poder de acatar ou não tais justificativas.
- 7.1.20. O CONTRATADO deverá atentar-se ao prazo de até 30 dias para pagamento de faturas emitidas, não podendo este justificar não entrega, atrasos, dificuldades, ou entregas parciais por motivos de não pagamento de notas fiscais faturadas dentro deste período.
- 7.1.21. Acompanhar as publicações em Diário oficial do Município, assegurando que toda e qualquer notificação seja de conhecimento da contratada, mesmo que sem envio de notificação à endereço eletrônico e ou físico.
- 7.1.22. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, exceto o abastecimento de combustíveis;
- 7.1.23. manter durante a execução todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 7.1.24. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus profissionais durante a execução;
- 7.1.25. não caucionar ou utilizar esse termo a terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da Contratante;

## 7.2 DO PREPOSTO

- 7.2.1.O Contratado deverá manter preposto aceito pelo Município de Lagedo do Tabocal, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo administrativamente, sempre que for necessário.
- 7.2.2. O preposto deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o seu nome completo, número de CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
- 7.2.3.O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pelo Município de Serrinha, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, tão logo seja firmado o contrato, para assinar, com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, e tratar dos demais assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência.
- 7.2.4.O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas relacionadas ao objeto desta licitação.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

8.1 O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- 8.2.1.Fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
- 8.2.2.Realizar o pagamento pela execução do contrato.
- 8.2.3.O(a) servidor da Prefeitura Municipal de Serrinha-Ba, indicado (a) para fiscalizar a execução dos serviços realizados pela contratada,
- 8.2.4.Emitir a ordem de serviços à contratada, autorizando o início dos trabalhos.
- 8.2.5.Acompanhar 'in loco' o recebimento dos veículos, fazendo a vistoria dos mesmos e observando a pertinência das informações do termo de referência;
- 8.2.6.Advertir à contratada "formalmente" sempre que esta incidir em descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais.
- 8.2.7.Comunicar ao Secretário(a) ordenador da despesa através de C.I – COMUNICAÇÃO INTERNA, formalizada pelo fiscal/gestor do contrato atualizando(a) dos andamentos dos trabalhos; saldo físico e financeiro do contrato.
- 8.2.8.Atestar os recebimentos provisórios e definitivos de todos os produtos oriundos dos serviços produtos solicitados adquiridos.
- 8.2.9.O fiscal do contrato deve solicitar, formalmente, da contratada a indicação do preposto com poderes para representar sua empresa perante à contratante.

## CLÁUSULA NONA - FORMA DE EXECUÇÃO

9.1 A forma de execução é EMPREITA POR PREÇO UNITÁRIO.

## CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, bem assim receber o objeto segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, competindo ao servidor ou comissão designados, primordialmente:

- 10.1.1. Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;

- 10.1.2. transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de execução, quando for o caso;
- 10.1.3. dar imediata ciência a seus superiores e ao Órgão de Controle Interno, Acompanhamento e Avaliação Financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- 10.1.4. adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- 10.1.5. promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- 10.1.6. esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- 10.1.7. cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle interno, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;
- 10.1.8. fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- 10.1.9. ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da contratada, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da contratada, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;
- 10.1.10. solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

Parágrafo único: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá à CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES**

### **11.1. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

- 11.1.1. O descumprimento do contrato ensejará aplicação sanções estabelecidas no Edital.
- 11.1.2. Aplicação de multa não impede a Administração de rescindir o contrato e de impor simultaneamente ao contratado penas de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.
- 11.1.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, podem ser aplicadas ao contratado as sanções a seguir:
  - 11.1.3.1. advertência;
  - 11.1.3.2. multa, de acordo com o previsto no contrato;
  - 11.1.3.3. suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
  - 11.1.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
  - 11.1.3.5. será concedida reabilitação sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da suspensão temporária, se aplicada.
  - 11.1.3.6. Além das penalidades citadas, o contratado fica sujeito às demais sanções civis e penais previstas em Lei.



11.1.3.7. Intimação dos atos correspondentes à pena de suspensão temporária e à declaração de inidoneidade será feita mediante publicação na imprensa oficial.

11.1.3.8. Para validade da aplicação de penalidades será assegurado ao contratado direito ao contraditório e à ampla

11.1.3.9. defesa, no prazo de cinco dias úteis;

**11.2.** Em se tratando da modalidade pregão, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado do Sicaf ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores semelhantes, pelo prazo de até cinco anos, licitante que, convocado dentro do prazo de validade da proposta:

- 11.2.1. deixar de celebrar o contrato;
- 11.2.2. deixar de entregar documentação exigida no edital;
- 11.2.3. apresentar documentação falsa;
- 11.2.4. ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
- 11.2.5. não manter a proposta;
- 11.2.6. falhar na execução do contrato;
- 11.2.7. fraudar a execução do contrato;
- 11.2.8. comportar-se de modo inidôneo;
- 11.2.9. cometer fraude fiscal.

11.3.1. Essas penalidades não excluem multas previstas no edital e no contrato e demais cominações legais, em especial as estabelecidas na Lei nº 8.666/1993.

11.3.2. Aplicação de penalidades deve estar devidamente motivada em processo administrativo

11.3.3. Processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer Tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

11.3.4. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

11.3.5. A contratada está sujeita a todas as sanções contidas nos artigos 86 ao 88 e crimes e penas contidos nos artigos 88 ao 99 da lei 8.666/93.

DOSIMETRIA APLICÁVEL SANÇÃO DE CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU CONTRATADA: CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU CONTRATADA DOSIMETRIA APLICÁVEL	DOSIMETRIA APLICÁVEL
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	2 meses
Não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	4 meses
Apresentar documentação falsa	24 meses
Não manter a proposta	4 meses
Falhar na execução do contrato	12 meses
Fraudar na execução do contrato	30 meses
Comportar-se de modo inidôneo	24 meses
Cometer fraude fiscal	40 meses

#### 11.4. Da Multa

11.4.1. A multa, no âmbito do contrato, que poderá ser:

I - De caráter compensatório, quando será aplicado os seguintes percentuais:

a) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total.

II - De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicado os seguintes percentuais:

a) 0.33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso não for superior à 1 (um) mês;

b) 0.66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material ou execução de serviços, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.

**11.4.2. A multa aplicada pela autoridade competente deverá ser formalizada mediante apostilamento contratual, na forma do artigo 65, §8.º da Lei n.º 8.666/1993 e será executada mediante:**

I - quitação do valor da penalidade por parte do fornecedor em prazo a ser determinado pela autoridade competente;

II - desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

III - desconto no valor das parcelas devidas à contratada e;

IV - procedimento judicial.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo índice estipulado em contrato ou, na falta deste, pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), ou aquele que vier a substituí-lo.

§2º A Atualização pelo índice previsto no parágrafo anterior, será aplicada até o primeiro DAM emitido após decisão definitiva.

§3º Em caso de inadimplência do DAM, prevista no §2º, será aplicada a seguinte regra:

a) a partir do 1º dia de atraso correrá multa de mora de 0,33%, por dia de atraso, limitado ao percentual de 20%; e

b) a partir do 1º dia do mês subsequente a data de vencimento, começará a aplicar a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, sendo aplicadas cumulativamente com a multa moratória.

§4º O pagamento da importância devida poderá ser parcelado, mediante autorização da Diretoria Executiva, desde que o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, observando-se ainda o disposto na Instrução Normativa, que versa sobre a matéria, em vigência, à época, do pedido de parcelamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO**

12.1. A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e Estadual nº 9.433/05.

§º1. A rescisão poderá ser determinada, por ato unilateral e escrito do Contratante nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 167, incisos I a XV, XX e XXI da Lei Estadual nº 9.433/05.

§º2. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I, XIII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, c/c ao art. 167, incisos I, XVI, XX da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido na forma do § 2º do art. 79 da Lei Geral de Licitações e o art. 168, § 2º da supramencionada Lei Estadual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

13.1. Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no edital da licitação e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO**

14.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Serrinha, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Serrinha, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO DE SERRINHA  
CONTRATANTE  
CONTRATADA

Testemunha: Testemunha:

CPF: \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_